

# Europa é modelo a ser seguido

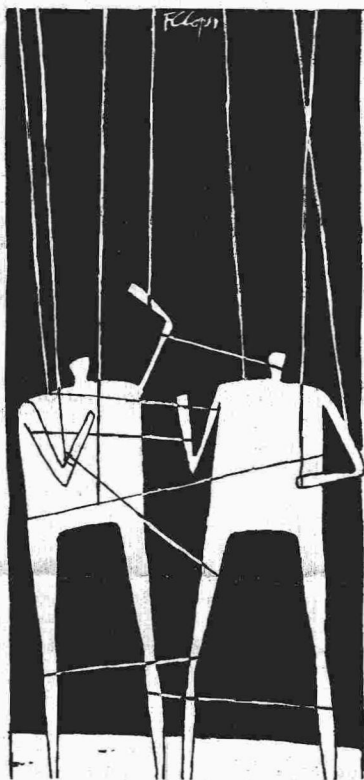
*Estudo sugere política visando competição internacional*

O modelo europeu, em contraste com o modelo norte-americano, é o que mais se presta como ponto de partida para o Brasil montar sua própria política de concorrência, de modo a inserir o País, de fato, numa economia de mercado. A sugestão está no estudo do Ipea ao detectar no Brasil a existência de paralelismos e de confusão no estabelecimento das políticas macroeconômicas.

Existem praticamente dois modelos de política de concorrência: o norte-americano, fundado nos princípios básicos de constituição da ordem econômica e social, de caráter fortemente ideológico, e o europeu, onde a política de concorrência, quando efetiva, é parte de um conjunto de diretrizes que dimensionam projetos nacionais de desenvolvimento. A experiência européia traça uma estratégia em busca da competição internacional.

“A política de competição pode atuar, aí, não como um objetivo em si do mercado e pelo mercado, mas como poderoso instrumento a ser acrescentado à interação entre uma política industrial e agressiva, voltada para o estímulo à produtividade e à competitividade, uma política de comércio exterior com um caráter de desafio para a indústria brasileira, e uma política de desregulamentação que remova barreiras artificiais à instalação de novas empresas e incentive a diversidade de estratégias de concorrência”, diz o trabalho.

E conclui: “Se algum modelo deve servir de base para a organização desse espaço institucional no Brasil — que hoje se compõe de um emaranhado legal, da superposição de competências e de orientações descontraídas das políticas macroeconômicas (de estabilização) e



estruturais, este é o modelo europeu, expresso pelas legislações e aparatos institucionais da CEE (Comunidade Econômica Européia) e da Alemanha — que não nega a existência e importância de grandes blocos de capital, mas busca garantir compatibilidade entre formas predominantes de organização industrial com espaço para o surgimento e fortalecimento das pequenas e médias empresas que são fonte, também, de inovações e contribuem para a expansão do emprego e, conseqüentemente, do mercado, e para uma oferta mais diversificada de produto. A adoção de uma política de defesa da concorrência nos moldes europeus, contudo, só tem sentido se compreendida como braço de uma política estratégica, e não como “mais um escadouro de recursos do contribuinte para a manutenção de um órgão burocrático”.